



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640010 - AC (2021/0012545-6)

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE  
**ADVOGADOS** : DION NÓBREGA LEAL - AC000681  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE  
**PACIENTE** : DANIEL SIQUEIRA DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DANIEL SIQUEIRA DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE (Agravos em Execução Penal n. 0101431-78.2020.8.01.0000).

Em cumprimento de pena, o paciente requereu ao juízo da execução novo cálculo da progressão de regime, por entender que com o advento da Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime) a incidência da fração de 3/5 (60% da pena) para gozo do benefício com relação aos crimes hediondos ficaria restrita à hipótese da reincidência específica, de modo que a reincidência genérica deveria observar a fração de 2/5 (40%).

Indeferido o pleito pelo juízo e mantido o entendimento pelo tribunal, o impetrante sustenta a existência de constrangimento ilegal, por entender que o paciente faz jus à incidência ao percentual de 40%, no que requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para estabelecer o referido patamar para fins de progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois a matéria é controversa e necessita ser abordada com todos os dados do caso.

Extraí-se do voto do relator:

*"Desta forma, interpretar a reincidência prevista no art. 112 da LEP como específica seria ir de encontro ao que se buscou nos debates legislativos, que, como já dito, foi o de robustecer os lapsos temporais para a progressão de regime, notadamente para os crimes cometidos com violência ou grave ameaça e para os hediondos ou a eles*

*equiparados. Isto porque, interpretando-se desta maneira, os condenados por crimes hediondos, ainda que também condenados por crimes comuns, sejam tratados como se primários fossem, em nítida ofensa aos princípios da igualdade, proporcionalidade e individualização da pena."*

Considerando a complexidade da matéria e que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se, com urgência, informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência